

**PSICANÁLISE, CULTURA E POLÍTICA: GÊNERO, SUBJETIVIDADES
LGBTQIAPN+ E HORIZONTES POSSÍVEIS PARA UMA CLÍNICA
SÓCIOPOLÍTICA**

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-370>

Data de submissão: 21/11/2024

Data de publicação: 21/12/2024

Anderson Carlos Santos de Abreu

Psicanalista com formação em filosofia e psicologia

Mestre e doutor em filosofia e pós-doutor em psicologia

Estudando e pesquisando temas sobre psicanálise, cultura e clínica em interface com a arte, com a

filosofia e com os estudos de gênero

E-mail: andersoncsabreu@gmail.com

RESUMO

Este trabalho busca explorar os desafios contemporâneos enfrentados pela psicanálise, particularmente no que diz respeito à clínica pública, à cultura e aos estudos interdisciplinares, com um foco nas questões de gênero e nas experiências da população LGBTQIAPN+. A partir do contexto das clínicas públicas da primeira geração de psicanalistas, proponho uma reflexão sobre novos horizontes teóricos e clínicos. O artigo se aprofunda no conceito freudiano de clínica pública, examina os fundamentos para a criação de uma clínica sociopolítica e discute como a dimensão política se entrelaça com os sintomas que marcam a subjetividade de indivíduos LGBTQIAPN+, desafiando as normas e as estruturas dominantes.

Palavras-chave: Clínica Sociopolítica. Subjetividade LGBTQIAPN+. Psicanálise Contemporânea.

1 INTRODUÇÃO

O tema que aqui proponho nasce do trabalho realizado com o Grupo de Trabalho (GT) – Clínica Maiêutica, considerando as inquietações, as sensibilizações e as implicações políticas e sociais relacionadas aos desafios da vida na cultura, do fato de estes desafios demandarem urgência na construção de teorias e práticas para que possam ser enfrentados numa clínica psicanalítica, do próprio trabalho da Clínica Maiêutica, que atualmente compreende dois territórios em atendimento psicanalítico, com crianças em situação de adoção e com população LGBTQIAPN+ em situação de rua, e do grupo de estudos e análise de controle com o psicanalista Jorge Broide.

Tal inquietação passa a tomar forma, consistência, reflexão teórica e fôlego a partir dos estudos de pós-doutoramento que estou realizando na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a supervisão da professora Ana Lucia Mandelli de Marsillac, bem como do período de pesquisa em Viena, na Áustria, onde investiguei as clínicas públicas de Freud e seus registros nas Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena e, principalmente, do próprio trabalho clínico que já vem ocorrendo dentro da instituição Maiêutica Florianópolis.

Assim, com a possibilidade de compartilhar os trabalhos relacionados à Clínica Maiêutica, de refletir sobre algumas das características centrais que o GT e a Clínica abraçam para pensar sobre uma atuação psicanalítica comprometida com a dimensão sociopolítica e de considerar os interesses de sua possível implantação, este texto concentra sua reflexão no tema: o sujeito LGBTQIAPN+, sua produção de subjetividade na cultura e o gozo do ódio que peculiariza essa população nos tempos atuais.

Para fundamentar o trabalho da Clínica Maiêutica, considerando os devidos contornos teóricos necessários para sua compreensão, apresento o conceito de clínica ampliada, que

[...] aborda os dilemas do avanço da psicanálise e que leva em conta certas problemáticas, tais como exclusão social, racismos e situações outras desse gênero. Essas questões emergem quando o psicanalista oferece sua escuta na *pólis*: em instituições de saúde, de assistência ou de educação, em comunidades (ROSA; ESTÊVÃO; BRAGA, 2017, p. 2).

Essa clínica objetiva realizar seu trabalho na articulação de sua teoria e sua prática com questões sociais, buscando interfaces com a cultura, bem como diálogos e composições para a clínica, levando em consideração as dimensões política, econômica e social de grupos e comunidades. Com isso, este trabalho apresenta uma concepção de psicanálise implicada e preocupada em construir uma clínica com sujeitos desamparados do ponto de vista discursivo (ROSA; ESTÊVÃO; BRAGA, 2017), ainda mais tendo em conta que nosso país, com toda sua história, é pautado pela desigualdade social, racial e de gênero.

Este trabalho vem, portanto, de três lugares expressivos que propõem condições para que eu continue sonhando, caminhando, construindo e sustentando a psicanálise em minha prática: desde a inspiração, a invenção e a compreensão para fundamentar um escopo teórico e uma práxis outra para pensar a Clínica Sociopolítica na Maiêutica; dos meus estudos de pós-doutoramento, nos quais estou cartografando as práticas de clínicas sociopolíticas em psicanálise no Brasil; e do meu aprofundamento, da vivência e da pesquisa no acervo do Freud Museum,¹ em Viena, onde pude mergulhar nas atas dos primeiros psicanalistas daquela sociedade psicanalítica (de 1906 a 1920). Assim, como nos aponta Winnicott (1971), é na obra de Freud que encontramos a base para continuar explorando e expandindo os horizontes da psicanálise, mantendo viva sua relevância em tempos atuais.

A psicanálise se implica numa teoria e num modo de operar. Portanto, para pensar e fundamentar uma clínica sociopolítica desde uma práxis outra, se fez necessário ecoar um questionar que está constante dentro do trabalho da clínica: [como se faz esta clínica?]. Esta indagação tem acompanhado e sustentado o tripé fundamental do grupo – a análise pessoal, a análise de controle e a formação permanente. Dessa maneira, é a partir dele que este texto toma lugar.

2 O DESEJO DE INVENTAR UMA CLÍNICA SOCIOPOLOITICA

O que vem a ser esta importância atribuída ao social e ao político quando se propõe um trabalho clínico em psicanálise? Essa questão pode nos levar para alguns caminhos teóricos e epistemológicos, sobretudo porque este é um campo de estudo muito recente no Brasil, com referências básicas centradas em poucos pesquisadores e com um escopo teórico em constituição. Ao apontar isso, não estou desconsiderando o fôlego de pesquisa aplicado por alguns colegas psicanalistas no Brasil [muito pelo contrário], mas propondo composição junto com este corpo para que o tema continue em expansão. Afinal, há questões ainda muito incipientes sobre o tema.

Assim, somando-se a esses colegas e em posição contrária ao que é tratado em algumas pesquisas sobre psicanálise e política, quando a temática indicada se encerra na política própria do psicanalista, o que se propõe aqui é discutir sobre uma clínica psicanalítica implicada com o social e o político, apostando sua práxis numa ação reflexiva e prática que questione a dimensão política que marca o sintoma; que interroga o pensamento teórico da prática clínica a respeito dos fundamentos epistemológicos e das influências políticas e ideológicas que ordenam as suas lógicas; que considere

¹ A pesquisa foi realizada no período de 2 de agosto a 10 de setembro de 2023, no museu construído na casa e no consultório do próprio Freud em Viena, Áustria. Para a realização do trabalho investigativo, foram utilizados os arquivos das atas das reuniões de quarta-feira da Sociedade Psicanalítica de Viena (1906 a 1920). NOTA IMPORTANTE: o trabalho de pesquisa segue nesse momento da publicação, tanto no sentido de traduzir as atas para Língua Portuguesa, como também no tema das Clínicas Públicas de Freud. Este trabalho de pesquisa conta com o financiamento do Fundo de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.

em sua escuta temas contemporâneos de atravessamento político e social – gênero, classe, etnia, raça etc. e que, assim como Freud postulava no início da psicanálise, possa compor com as redes de atendimento público no país (seja no modo individual, seja abrindo caminhos que considerem dispositivos de grupo).

Logo, importa conceber a prática da psicanálise frente a um contexto de experiência decolonial e de retomada da prática histórica das primeiras clínicas sociais de psicanálise empreendidas pelos psicanalistas da primeira geração, considerando, a partir disso, a resistência a um discurso de neutralidade na psicanálise e a uma possível elitização – no acesso de certos segmentos da sociedade tanto à escuta psicanalítica como à formação em psicanálise.

Em convergência com o que se está realizando na Maiêutica Florianópolis – Instituição Psicanalítica, no GT e na Clínica Sociopolítica Maiêutica, observam-se estudos e práticas de outras instituições, assim como aproximações dos psicanalistas e permeabilidade da psicanálise, tanto nacional como internacionalmente, no que concerne aos estudos interdisciplinares de base antirracista, de gênero e decoloniais vinculados à práxis psicanalítica. Assim, a interseccionalidade entre estas bases de estudos e pesquisas, embora ainda nascentes, leva em consideração as condições dos diversos níveis da sociedade, sobretudo dos grupos sociais que são abandonados à própria sorte, cujas vidas cotidianas, pela distribuição desigual das precariedades e vulnerabilidades político-sociais, encontram-se especialmente dolorosas.

Desse ponto de vista, o desafio é propor um novo campo de elaborações reflexivas, teóricas e sobre a práxis em psicanálise – tanto no âmbito clínico como nas relações de trabalho e formação –, uma vez que um dos objetivos que influenciam diretamente a possibilidade de invenção desta clínica é oferecer uma escuta psicanalítica fora das configurações do consultório tradicional. Esse desafio obviamente tem em conta as particularidades sociais, econômicas e políticas da época em que vivemos. Com isso, entende-se que, se a prática estiver relacionada às transformações vigentes do tempo, a teoria irá acompanhá-la.

Assim, o desejo de inventar uma clínica sociopolítica em laços com territórios coletivos e comunidades em situações sociais críticas consiste em compor intervenções clínicas face à dimensão sociopolítica do sofrimento (ROSA, 2016) – seja através de dispositivos de intervenção de escuta em territórios, seja em espaços que possam acolher os sujeitos desses territórios. Nesse contexto e momento de prática da clínica, um dos territórios com os quais a Clínica Sociopolítica Maiêutica passou a se relacionar, oferecendo escuta e compondo com a rede de atendimento da cidade de Florianópolis, é a população LGBTQIAPN+ em situação de rua (por isso a escolha do tema para este artigo).

Pautou-se esse grupo e o território das ruas tendo em vista os impasses políticos e sociais críticos que essa população vive atualmente em Florianópolis/SC, os quais produzem sofrimentos e sintomas e decorrem de um desafio contínuo e persistente a respeito de um mal-estar que é deflagrado pela população LGBTQIAPN+. Portanto, ele opera como uma tensão contínua [subjetiva e social] que repercute num clima de hostilidade nas interações psicossociais do cotidiano desse grupo, promovendo violências e negação dos direitos sociais.

Por esses motivos, esses sujeitos são apresentados como o foco deste texto, pela compreensão de que representam uma das minorias sociais em profunda vulnerabilidade decorrente dessa situação. Além disso, também por suas vivências de banalização multiforme da violência e da crueldade exemplificadas nas agressões físicas e psicológicas ou nos sofrimentos persistentes ocasionados pelo desrespeito, pela negação ou pela privação dos direitos fundamentais, o que vem ocorrendo mais do que nunca nos tempos atuais [considerando a conjuntura política, ideológica e cultural do nosso país].

Evidentemente que eu poderia trazer aqui outras populações também consideradas minorias nesse contexto, contudo são estes uns dos sujeitos mais atravessados na cultura pelo gozo do ódio que os peculiariza nos tempos atuais. Retornarei a esse assunto mais adiante no texto. Assim sendo, trazer esses sujeitos para esta discussão seria uma possibilidade de pensarmos quais verdades são produzidas na cultura, bem como de que modo nós, psicanalistas, nos situamos frente aos discursos que fazem obstáculos aos sintomas dessa população – discursos esses que hierarquizam formas de parceria sexual, discriminam maneiras de gozar, excluem classes sociais, etnias, aspirações e sintomas.

3 A DIMENSÃO POLÍTICA QUE MARCA OS SINTOMAS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Na sequência, apresento a possibilidade de pensarmos que há no sintoma uma dimensão política e que, ao levá-lo para o mundo, confrontando-o com o que está ocorrendo na civilização neste momento, a psicanálise pode situar-se politicamente na cultura contra os discursos que fazem obstáculos ao sintoma de cada um, os quais, por exemplo, tratando-se da população LGBTQIAPN+, são marcados pelas seguintes narrativas:

- a) as representações sociais da população LGBTQIAPN+, na maioria, são fundamentadas em uma concepção patológica de “sexualidades não normativas” – seja por vozes que escancaram o peso do estigma, seja por aquelas que insinuam que o sofrimento desses sujeitos nasce de um traço que a moral insiste em julgar como condenável;
- b) pertencer ao segmento LGBTQIAPN+ é carregar uma marca que deteriora substancialmente a sua identidade;

- c) pensar sobre a saúde da população LGBTQIAPN+, por parte de muitos profissionais, é considerá-la determinada por práticas sexuais, deixando de percebê-la existente em outras necessidades importantes que essa população tem;
- d) faltam políticas sociais e públicas que reconheçam a existência da discriminação, do preconceito e do estigma por orientação sexual e por identidade de gênero como potenciais causadores do sofrimento e do adoecimento da população LGBTQIAPN+.

Tais narrativas são elencadas porque denunciam o enlace destrutivo ao outro dessemelhante, aqui representado pelos sujeitos LGBTQIAPN+. Além disso, delatam uma manifestação de um conteúdo arraigado no inconsciente que alcança o fim último de um gozo de ódio caracterizado por discriminação preconceituosa e cruel. Quanto a isso, apresento um recorte clínico de um dos casos em escuta psicanalítica extraído de uma das histórias de vida narradas na Clínica Sociopolítica da Maiêutica:

O sujeito em atendimento tem 25 (vinte e cinco) anos, mora na rua há aproximadamente 3 (três) anos, sua orientação sexual e de gênero é homem gay e vive com o HIV há cerca de 2 (dois) anos. Segundo seu relato, dois dos motivos que o levam a viver na rua são sua dependência química e a não aceitação de sua condição sorológica. Conforme seu relato, o impacto da descoberta do HIV gerou a questão de como iria dizer de sua situação para seus amigos e possíveis parceiros, pois fora educado a enxergar a convivência com o HIV como uma sentença de morte ou condição ligada a um atributo moralmente condenável.

A partir disso, se questiona: “quando é que eu vou morrer agora? Vai ser deplorável? Vai ser terrível? Quantas horas? Quantos dias? Quantos meses de hospital? E quanto sofrimento? As pessoas que me conhecem sofrerão comigo? Com estes questionamentos que não se silenciam, você passa a ter cada vez menos contato com os seus amigos, você não tem vontade de se cuidar, se sente perdido, não tem vontade de ir ao médico e muito menos aderir ao tratamento”.

Por essa razão, sua relação com a vida, segundo ele, é de muita impaciência: “tô deixando fluir, remando, indo com a correnteza, com a maré, sei que vai dar em algum lugar, até posso me reerguer, mas não consigo escutar com tanta clareza, são muitas falas ao mesmo tempo”. Ele apresenta uma ausência de cuidado consigo, potencializada pelo medo da não aceitação e, sobretudo, pelos olhares de preconceito, ódio e discriminação que são lançados ao sujeito gay, em situação de rua e vivendo com o HIV.

Nessa situação, como analistas, talvez o máximo esteja em acompanhar e testemunhar o caminhar desse sujeito, buscando inventar junto outros destinos, sem excluir o risco e a morte. Isso para que a vida se apresente como uma opção mais forte que o aniquilamento, posto que trágico tem

sido o circuito por onde esse sujeito vem trilhando a sua vida. Uma intervenção nesse processo, portanto, é muito delicada de ser feita, já que, dependendo da intensidade em vigor, o pior pode vir a ser a melhor escolha para o sujeito.

Levando em conta isso, uma escuta possível emerge no acolhimento dos tempos únicos e dos ritmos que singularizam o sujeito, abrindo brechas para que ele escape das engrenagens de um sistema que oprime sob o peso da homogeneidade e do ódio. Nessa travessia, pode-se entrever as veredas de sua própria expressividade – para gritar a vida como insurgência ou para murmurar a morte a um outro que o reconheça na sua radical diferença.

Considerando essa história, assim como as demais que ouvimos na clínica sociopolítica, há um universo de pluralizações de modos de vida [convivendo com o HIV ou não] acontecendo com os sujeitos que vivem na rua. Isso porque, mesmo com a evolução da ciência, que, através de medicamentos menos agressivos e mais eficazes, tornou a Aids uma doença praticamente crônica, os fantasmas que a rondam permanecem, acompanham essa população. Acrescenta-se a isso todo o discurso de ódio que é lançado sobre essa população nas mais diversas modalidades e formas agressivas.

4 POR DENTRO DA PSICANÁLISE...

É possível dizer que a civilização está cada vez mais contaminada pela barbárie em vários níveis: barbárie da espoliação capitalista, da segregação, das guerras e da destruição do meio ambiente, por exemplo. Quanto a isso, o percurso da psicanálise também não está imune a esse processo. Segundo Antônio Quinet (2016), sobre a história da psicanálise, infelizmente há questões que esmorecem seu percurso, as quais, por um oficialismo sedimentar e apolítico enquanto discurso dominante, trazem os seguintes fatos: a participação e a condescendência de analistas em movimentos de ditadura militar, discursos homofóbicos proferidos em instituições psicanalíticas e posicionamentos de analistas reconhecidos por instituições internacionais contra as leis do casamento homoafetivo e com um certo teor homofóbico. Esses fatos marcam momentos de segregação que incitam discriminação e ódio, ao passo que situam os sujeitos LGBTQIAPN+ como uma ameaça ao loco social.

Disso se conclui que a psicanálise pode ser subversiva, porém muitos analistas não. Ao se tratar de um assunto que relaciona psicanálise e cultura, tendo como discussão o sujeito LGBTQIAPN+ e sua produção da subjetividade na cultura, é necessária uma crítica não só ao clima de hostilidade nas interações psicossociais enfrentadas pela população LGTBTQIAPN+ na cultura, mas também à ausência de consideração dessas questões por uma psicanálise degradada e engolida por alguns discursos. Na contramão do cenário apontado por Quinet (2016), não cabeira ao analista fazer entrar a

consideração pelo gozo do sinthoma, com a sua singularidade, e trazer com isso a política que sua prática ensina?

Seguindo com Quinet (2016), Não foram os psicanalistas que romperam os grilhões da patologização e da discriminação moldadas pelo racismo sexual. Essas fissuras na história foram abertas pela coragem dos movimentos sociais e pelas teorias de gênero, que rasgaram o véu do ódio e da exclusão. Ainda assim, há na psicanálise, em Freud e Lacan, sementes de mudança, forças que podem sustentar essas insurgências. Mas cabe-nos perguntar, com indignação e esperança: por que insistimos em caminhar atrás, quando as subjetividades se refazem e os sinthomas desenham novos mundos?

Partindo disso, para elaborar uma clínica sociopolítica para o momento atual, mais do que nunca, se faz necessário retomar os primórdios da psicanálise, desde os primeiros psicanalistas, haja vista que a história não é linear, mas uma composição de forças dialéticas que colocam os conflitos dos fatos como marcos e como possibilidades de elaboração de novas e oportunas experiências no presente. Assim, recuperar a memória e o legado das clínicas públicas de Freud é trazer as possibilidades de olhar para a história da psicanálise e retomar sua dignidade com o social.

Nesse percurso de recuperação, percebe-se que hoje pouco se fala sobre a ambição e a iniciativa de Freud relativas à construção de uma psicanálise atenta ao social, sensível à escuta das populações marginalizadas e pensada e desenvolvida do encontro com elas, de suas realidades e de suas experiências específicas de mundo. Talvez esse silenciamento da história e do legado de Freud com o social tenha intencionado colocar a psicanálise e sua práxis num expediente apolítico, sendo “neutra” ao seu horizonte vindouro (DANTO, 2019).

De acordo com Danto (2019, p. 390), sob o oficialismo seletivo que por muito tempo se encarregou de sedimentar o apoliticismo como discurso dominante na psicanálise, relegam-se iniciativas de diversos psicanalistas desbravadores à indignidade da técnica. Isso porque a contemporaneidade vem exigindo dos psicanalistas a necessidade de desenvolver métodos mais flexíveis para atender essas demandas do sujeito na atualidade. Logo, há um desafio, que é tentar elaborar esses métodos “sem abandonarmos os princípios técnicos que fundam nossa disciplina – isso sem nos engessarmos ou permanecermos imitativos” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 22).

Na psicanálise, a escuta não se limita a um método preestabelecido, mas se amplia como um espaço aberto, flexível, capaz de acompanhar as mutações do sujeito e da sociedade. A rigidez de um modelo único seria, portanto, uma prisão, um impedimento para a compreensão dos processos subjetivos que emergem nas tensões culturais. A psicanálise, ao se distanciar dessa rigidez, torna-se capaz de ouvir as demandas do presente, reconhecendo as marcas da opressão e da resistência nas

subjetividades. Como nos alerta Freud (1908 [2006]), é na dinâmica da cultura, com suas forças geradoras e repressivas, que os sintomas nascem. E é nesse campo, muitas vezes violento e contraditório, que a psicanálise deve intervir, não para condenar, mas para oferecer as ferramentas que permitam ao sujeito se reintegrar à sua própria potência.

Lacan nos revela que, no cerne de toda fraternidade, repousa a segregação (ALBUQUERQUE, 2010), pois nos unimos em comunidades de gozo que excluem e rejeitam qualquer forma de satisfação que nos ameace. No entanto, com o acúmulo desenfreado do capital e os efeitos devastadores do neoliberalismo, algo no laço social se fragmentou, dando origem a uma nova gramática de inimigos, alimentada pela intensidade do gozo do ódio.

Nesse contexto, a emancipação e as possíveis saídas que podemos inventar numa clínica sociopolítica dependem de um direcionamento ético e político de nossa práxis, que desafie as lógicas de exclusão e ódio. Essa práxis deve ser capaz de transformar a escuta em um espaço de resistência, onde o sujeito, ao ser acolhido em sua diferença, encontra forças para subverter as relações de poder. Uma clínica que não se contente em curar, mas que se proponha a libertar, questionando as estruturas opressivas e criando alternativas que permitam ao sujeito reexistir e se afirmar, sem medo do outro, na força de sua própria diferença.

O desafio, portanto, reside em construir uma clínica psicanalítica que não apenas escute, mas que se comprometa com a complexidade da subjetivação, levando em conta as diversas camadas que formam o sujeito: suas raízes étnicas, culturais, linguísticas e sexuais. Precisamos de uma escuta que não ignore as marcas de opressão e exclusão, mas que as reconheça como partes fundamentais da história de cada sujeito, como elementos que, longe de serem patologias, são produções singulares de resistência e de sobrevivência. A psicanálise, assim, deve se abrir para a multiplicidade de vozes que constituem o sujeito, sem buscar uniformizar, mas sim acolher as diferenças em sua potência criadora. Uma teorização que, ao mesmo tempo, se alimenta da história de Freud e Lacan, deve ir além dos limites da tradição e se inserir na luta política pela liberdade, reconhecendo que a verdadeira emancipação passa pelo reconhecimento da pluralidade e pela transformação das estruturas de poder que definem e limitam o sujeito.

A clínica deve ser um campo de criação e reinvenção, onde o sujeito tem a possibilidade de reconstituir seu laço consigo e com o mundo. Nesse espaço, a psicanálise, ao se confrontar com as múltiplas dimensões da subjetividade, se transforma em uma prática de resistência, capaz de abrir caminhos para novas formas de gozo e de existência, não definidas pela exclusão, mas pela afirmação radical da diferença.

5 NÃO CONCLUINDO...

Os sintomas que atravessam a vida contemporânea impõem à clínica psicanalítica o desafio de se reinventar, não se restringindo a práticas dogmáticas ou fechadas, mas criando pontes teóricas com outras áreas do saber. É imperativo que ampliemos tanto a escuta psicanalítica quanto as relações transferenciais, para que a prática não se perca no tempo, aprisionada em um único modelo clínico. Em vez de se limitar a um rigor acadêmico que ignora as questões de morte e sofrimento que marcam os corpos e as vidas marginalizadas, a clínica precisa se abrir para a complexidade da experiência humana, reconhecendo a multiplicidade de mal-estares que emergem nas margens da sociedade.

Na contramão de uma concepção de psicanálise que não se abre a estas questões, e, que insiste em manter-se fiel a um protocolo fechado, diversos grupos de pesquisa e coletivos psicanalíticos no Brasil buscam retomar a memória das clínicas públicas da primeira geração de psicanalistas, na tentativa de construir dispositivos clínicos que acolham sujeitos cujas subjetividades têm sido sistematicamente excluídas e silenciadas. Esta pesquisa, que se inicia com este artigo, visa mapear as clínicas públicas de psicanálise em funcionamento no Brasil, suas bases teóricas e políticas, suas interfaces com o meio social e, sobretudo, sua capacidade de se inserir nos territórios que mais necessitam de sua intervenção ética.

Não concluindo, além de contribuir teoricamente, a ideia principal é compor com o trabalho da Clínica Sociopolítica Maiêutica, trazendo sua práxis implicada constantemente com a questão: como se faz esta clínica? Esta é uma pergunta que não se esgota, não se conclui, pois o caminho que se está trilhando nesta clínica se situa numa observação implicada com determinadas modalidades de sofrimento, as quais são silenciadas ao se estabelecer um lugar precário para determinado grupos e populações no laço social.

A invenção dessa clínica, portanto, está na responsabilização ética da psicanálise, não por um ideal de sociedade universal, mas por uma prática que dialoga com o concreto da pôlis, onde o íntimo do sujeito se encontra com o coletivo. Urge, então, que esta prática clínica reconheça o trágico rastro de morte que acompanha aqueles que vivem à margem, em situações de miséria e abandono, como um reflexo de uma estrutura social que precisa ser reconfigurada. A Clínica Sociopolítica Maiêutica é, assim, um trabalho simultaneamente clínico e político, onde a psicanálise se compromete a escutar as vozes que clamam por acolhimento, intervenção e transformação. Como podemos, então, seguir ouvindo e respondendo aos ecos dessas vozes nas próximas gerações de psicanalistas?

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. X. de. Algumas reflexões sobre a psicanálise, ontem e hoje. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 21-25, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2010000100004. Acesso em: 28 mar. 2024.

BROIDE, J. A rua enquanto instituição das populações marginalizadas: uma abordagem psicanalítica por meio de grupo operativo. 1993. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1993.

DANTO, E. As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938 (2005). Tradução Margarida Goldstajn. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

FREUD, S. Caráter e erotismo anal (1908). In: FREUD, S. “Gradiva” de Jensen e outros trabalhos (1906–1908). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. V. IX.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). Rio de Janeiro: Imago, 2010.

GUERRA, A. M. C.; ROCHA, L. A. A. O próximo e o ódio: questões da psicanálise na atualidade. *Psicologia Revista*, v. 30, n. 1, p. 146-167, 2021.

QUINET. A. Homofobias psicanalíticas na psicologização do Édipo. *Stylus*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 191-199, 2016. ISSN 1676-157X.

ROSA, M. D.; ESTÊVÃO, I. R.; BRAGA, A. P. M. Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. *Psicologia em Estudo*, v. 22, n. 3, p. 359-369, 2017.

ROSA, M. D. A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

WINNICOTT, D. The Location of Cultural Experience. In: WINNICOTT, D. Playing and reality. New York: Routledge, 1971.